

## ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NO TEXTO JORNALÍSTICO

Nelci Vieira de Lima<sup>1</sup>

### RESUMO:

Neste artigo, objetivamos refletir acerca da materialidade linguística e de sua importância na construção do sentido pretendido na veiculação da notícia política no jornal impresso. Mais precisamente, pretendemos por meio da análise de duas notícias veiculadas no jornal *Folha de S. Paulo*, de 30/03/09, verificar como se constituem os mecanismos de manipulação por meio da utilização da fala relatada, tanto no discurso direto, quanto no discurso indireto. Refletimos ainda, sobre a escolha dos verbos introdutórios de opinião, a fim de responder ao seguinte questionamento: em que medida a materialidade linguística é constitutiva da subjetividade presente no discurso jornalístico? Em conclusões preliminares, observamos que tanto a forma de utilização do discurso direto e discurso indireto quanto às escolhas verbais para a introdução das falas dos políticos, não se deram aleatoriamente, mas sim sob o filtro do redator, que o faz conforme o posicionamento ideológico do jornal para o qual escreve.

**Palavras-chave:** discurso jornalístico, subjetividade, materialidade linguística

### ABSTRACT:

In this article, we aim to reflect upon linguistic materiality and its importance in the intended meaning conveyed by the news in the press. Through the analysis of two specific pieces of news published on *Folha de São Paulo* on 03/30/09, we intend to verify how the manipulation mechanisms are built in the written language, as well as the impact they cause on the reader through the use of direct and indirect discourse. Furthermore, we reflect upon the choice of verbs that introduce opinions in order to answer the following question: To what extent does linguistic materiality influences the subjectivity present in the journalistic discourse? We concluded preliminarily that neither the way the direct and indirect speeches are used, nor the choice of verbs used to introduce the politician speeches are done at random; on the contrary, they are done according to the editor's filter, who follows the ideological position of the mean of communication which he or she writes to.

**Key words:** Journalistic discourse, subjectivity, linguistic materiality

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

## **Considerações Iniciais**

Tomamos como ponto de partida para esta abordagem a questão do papel exercido pela mídia na sociedade, uma vez que essa tem sido pano de fundo para as nossas vivências: dita regras, estabelece padrões de normalidade e até mesmo abre ou fecha debates, importantes ou não para o momento histórico em que vivemos.

Como os espectros que envolvem a mídia são bastante abrangentes, nos limitamos neste artigo a tratar apenas do jornal impresso, que por sua vez, também nos exige mais um recorte, tamanha a sua amplitude e possibilidades de investigação. Ora, se refletir sobre o jornal é também aprofundar-se em um mundo de manipulações, no qual o leitor é apenas um elemento a ser usado no jogo de interesses políticos e sociais, é justamente aqui que recai nosso interesse. Limitamo-nos então, a refletir sobre a construção do sentido pretendido no noticiário político, veiculado no jornal impresso, e ainda, acerca das estratégias de manipulação utilizadas pelo enunciador ao relatar a fala de outrem.

## **Procedimento Metodológico**

Nosso embasamento teórico para essa reflexão encontra-se principalmente em Maingueneau (2001), que estabelece critérios para análise de textos de comunicação, entre os quais destacamos a utilização do discurso direto e discurso indireto como forma de discurso relatado, e também em Marcuschi (2007) que trata, especificamente, da ação dos verbos introdutórios de opinião. Além disso, para refletirmos sobre o discurso jornalístico buscamos respaldo em Charaudeau (2006: 33-34), para o qual a informação relaciona-se à linguagem:

A linguagem não se refere somente aos sistemas de signos internos a uma língua, mas a sistemas de valores que comandam o uso desses signos em circunstâncias de comunicação particulares. Trata-se da linguagem enquanto ato de discurso, que aponta para a maneira pela qual se organiza a circulação da fala numa comunidade social ao produzir sentido. Assim, pode-se dizer que a informação implica processo de produção de discurso em situação de comunicação.

Consideramos importante ressaltar, que embora, em linguística, partamos do princípio de que a subjetividade é aspecto inerente à linguagem, o conceito de objetividade

é bastante discutido no meio jornalístico, o que se confirma a partir das discussões propostas por Kunczik (1997:228), segundo o qual

uma das características do conceito de objetividade é que frequentemente ele é discutido sem ser definido. Supõe-se simplesmente que todos conheçam seu significado. Para a maioria dos jornalistas americanos (...) ela é, sobretudo, sinônima de justiça e equilíbrio.

O autor afirma ainda que

o problema da objetividade na reportagem produz, uma vez ou outra, debates acalorados sobre política da comunicação. Dada a imprecisão da definição do termo, qualquer órgão editorial poderia ser acusado de falta de objetividade ou de ser incapaz de reconhecer a verdade e transmiti-la apropriadamente. (Kunczik, 1997:229)

Sendo então, o discurso jornalístico incapaz de se fazer imparcialmente, apresentamos a seguir o procedimento metodológico por nós adotado, a fim de encontrarmos as marcas dessa parcialidade e subjetividade nos textos jornalísticos aqui selecionados como *corpus*.

Como procedimento metodológico, utilizamos a análise de duas notícias políticas do jornal *Folha de S. Paulo*, de 30/03/09. Tais notícias tratam de fatos muito constantes no cenário político brasileiro: as regalias das quais desfrutam a maioria dos políticos e a corrupção.

A primeira notícia tem como manchete “Congressistas podem gastar até R\$33 mil com passagens” e a segunda “Temer afirma que estuda melhora no uso das cotas”, sendo que esta consiste em um direito à resposta, concedido às partes envolvidas, e que o próprio jornal intitula ‘outro lado’. Assim, as duas notícias têm como tema as cotas de passagens aéreas, concedidas mensalmente a deputados federais e senadores, que geram um alto custo aos cofres públicos e principalmente ao bolso do contribuinte. As notícias se constituem, dessa forma, como uma tentativa de denúncia ao mau uso do dinheiro público.

É importante ressaltar que, a fim de facilitar o entendimento de nosso leitor, dividimos a análise em duas partes: 1- Utilização do discurso relatado: discurso direto e discurso indireto e 2- Utilização dos verbos introdutórios de opinião. Ressaltamos ainda que para facilitar a nossa referência às notícias, utilizamos a sigla N1 para a primeira e N2 para a segunda.

### **Análise do *Corpus***

A primeira notícia, N1, é marcada por seu caráter de denúncia, como podemos perceber neste trecho:

Em 2008, a Câmara desembolsou R\$ 80 milhões sob essa rubrica. O Senado, bombardeado nas últimas semanas por denúncias de mau uso dessa e de outras verbas de apoio ao trabalho parlamentar, se recusou a fornecer o dado à **Folha**. Ao longo da semana passada, a **Folha** coletou informações nos gabinetes das duas Casas e apurou que a cota é alvo de desvirtuamento, como a distribuição de passagens a eleitores.

Na Câmara, a verba fixa varia de R\$ 4.700 a R\$ 18,7 mil. No Senado, de R\$ 13 mil a R\$ 25 mil. As duas Casas remuneram os parlamentares do Distrito Federal - que não precisam voar para suas bases.

No exemplo anterior, chama-nos a atenção o fato do nome do jornal aparecer de forma abreviada, apenas ‘Folha’, e ainda em negrito. De certa forma, há uma personificação do jornal, como se a ele coubesse o papel de investigar e denunciar, havendo, assim, um apagamento do jornalista.

Já a segunda notícia, N2, como já dissemos anteriormente, é o direito à resposta dado aos envolvidos no ‘escândalo político’, sendo intitulada “outro lado”, porém, conforme podemos comprovar no decorrer de nossa análise, não há resposta alguma. As vozes que aparecem em N2 são, em sua maioria, dos assessores dos políticos, e parece haver, por parte do jornal, a intenção de se ressaltar isso, o que pode ser traduzido no dito popular ‘*quem cala consente*’, ou seja, se os próprios políticos não responderam é porque têm envolvimento com o escândalo. Os trechos a seguir comprovam essa constatação:

O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), afirmou por meio de sua assessoria que (...)

A assessoria de comunicação do Senado citou (...).

As assessoria de Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Sandro Mabel (DEM-GO) afirmaram (...).

Feitas essas generalizações a respeito do caráter das duas notícias, passemos, então, à nossa análise, na qual focamos o uso do discurso relatado e o papel dos verbos introdutórios de opinião, como formas de construção de sentido pretendido.

### **Utilização do Discurso Relatado: Discurso Direto e Discurso Indireto**

Segundo Maingueneau (2001:139), “o discurso relatado constitui uma enunciação sobre outra enunciação; põem-se em relação dois acontecimentos enunciativos, sendo a

enunciação citada objeto da enunciação citante”. Ainda conforme o autor, no caso da citação em discurso direto (DD), o enunciador não só se exime da responsabilidade sobre as falas citadas, mas também “simula” a sua reconstituição. A notícia por nós analisada apresenta muito desses casos. Vejamos alguns exemplos de fragmentos recortados da primeira notícia, cuja manchete é “Congressistas podem gastar até R\$33 mil com passagens”, para a qual utilizamos a sigla N1.

Em N1, temos:

- a. [...] um grupo de 54 congressistas- integrantes da Mesa, seus suplentes e os líderes partidários – tem direito a um repasse adicional, que pode chegar a R\$13 mil. Neste grupo está o senador Ademir Santana (DEM-DF), suplente da Mesa do Senado. Apesar de morar em Brasília, recebe a cota aérea. "Não usarei, a não ser que aconteça alguma coisa inusitada.
- b. [...] “Não sei nem de quanto é essa cota. Sei que existe, mas não sei exatamente quanto é. Só sei que, se tiver necessidade, eu vou usar, mas até agora não precisei”, afirmou Marcelo Ortiz (PV-SP), que, por ser suplente da Mesa Diretora da Câmara, tem à disposição um acréscimo mensal de R\$ 4.700 à sua cota de R\$ 10,6 mil.

Concordamos com Maingueneau (2001:141) quando ele diz que as falas relatadas por meio do DD são apenas uma “encenação, visando criar um efeito de autenticidade”. No exemplo (N1-a) temos a presença do discurso direto no fim do parágrafo, que apresenta a ausência de introdutor explícito, sendo marcado apenas tipograficamente pelo uso das aspas. O efeito de sentido criado, então, é de distanciamento e autenticidade em relação ao dito. Distanciamento porque o enunciador citante não incorpora ao seu discurso o discurso citado. Autenticidade porque tenta enfatizar que as palavras citadas foram efetivamente enunciadas pelo senador Ademir Santana. No texto (N1-b), o DD aparece logo no início do parágrafo, também marcado tipograficamente pelo uso das aspas, mas desta vez, acompanhado ao final por um verbo introdutor de opinião “afirmou”, cuja análise apresentamos no segundo tópico, de acordo com critérios sugeridos por Marcuschi (2007). Notamos que o efeito de sentido criado em N1-b é o mesmo analisado em N1-a.

Citemos mais uma vez Maingueneau (2001:141):

De toda maneira, não há como comparar uma ocorrência de fala efetiva (com, no oral, determinada entonação, gestos, um auditório que reage...) e um enunciado citado entre aspas em contexto totalmente diverso. Como a situação de enunciação é reconstruída pelo sujeito que a relata, é essa descrição necessariamente subjetiva que condiciona a interpretação do

discurso citado. O DD não pode, então, ser objetivo: por mais que seja fiel, o discurso direto é sempre apenas um fragmento de texto submetido ao enunciador do discurso citante, que dispõe de múltiplos meios para lhe dar um enfoque pessoal.

Ora, perante a afirmação acima, notamos neste outro exemplo encontrado em N1, a interessante reconstrução da situação enunciativa, que se faz de forma a favorecer o discurso do jornal. Mediante a “constatação” de não fiscalização ao uso do dinheiro público empreendida pela “Folha”, há a “confirmação” feita pelo “parlamentar”. Percebemos então, que a escolha do verbo ‘confirmar’ para introdução do DD, marcado pelo uso das aspas, não foi aleatória, mas serviu para dar razão à “Folha” em sua descoberta.

Além do alto valor, a **Folha** constatou que não há fiscalização sobre o uso da verba. O congressista emite a passagem no nome de quem quiser e não precisa prestar contas. "O controle é do parlamentar", confirmou Odair Cunha (PT-MG), terceiro-secretário da Câmara, responsável pela administração da cota dos deputados.

É importante observar que a ocorrência do DD foi mais comum em N1 do que N2, e que apesar de N1 conter outros casos como os representados nos exemplos dados até aqui, os mesmos não foram incluídos em nossa análise, para que não torná-la muito extensa.

Acerca da utilização do discurso indireto, Maingueneau (2001:149-150) postula que “o enunciador citante tem uma infinidade de maneiras para traduzir as falas citadas, pois não são as palavras exatas que são relatadas, mas sim o conteúdo do pensamento”, o autor afirma ainda que também no DI “a escolha do verbo introdutor é bastante significativa, pois condiciona a interpretação, dando um certo direcionamento ao discurso citado”.

Como a utilização do DI se deu de forma mais constante em N2, selecionamos alguns fragmentos deste texto para nossa análise:

- a. Temer afirma que estuda melhora no uso das cotas (manchete)
- b. O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), não quis falar sobre o assunto, argumentando que não trata de assuntos administrativos.
- c. Nem Câmara nem Senado falam em redução (...) embora o terceiro-secretário da Câmara, Odair Cunha (PT-MG), diga que não haverá “complacência” em relação ao uso indevido.

Notamos que em N2, na própria manchete, o discurso citante faz uso do discurso indireto para introduzir o discurso citado, como se comprova no exemplo N2-a. Quanto à análise dos verbos, conforme dissemos anteriormente, deixamos para o tópico 2, a fim de nos aprofundarmos no estudo de Marcuschi (2007), que trata especificamente dos verbos introdutórios de opinião, sugerindo uma classificação própria para tais verbos.

Já no exemplo N2- b, o discurso citado é introduzido de forma curiosa e até mesmo controversa. Ora, se a princípio, é relatado o fato de o presidente do Senado, José Sarney não querer falar sobre o assunto, em seguida é introduzida a fala do mesmo por meio da forma nominal do verbo argumentar, o gerúndio “argumentando”. A um leitor despercebido, isso pode soar como ‘o presidente do senado se recusou a falar, mas sabe de algo’, porém, o próprio uso do gerúndio “argumentando” já deixa claro que houve sim uma fala, ainda que tenha sido uma defensiva e não um esclarecimento sobre os fatos.

O exemplo N2- c apresenta além do DI, uma “ilha enunciativa”, que segundo Maingueneau (2001:151) trata-se de uma forma híbrida, na qual “o enunciador citante isolou em itálico e entre aspas um fragmento que, ao mesmo tempo, ele utiliza e menciona, emprega e cita”. Tal ilha é representada pela palavra “complacência”, que apesar de ser do discurso citado, é tomada pelo enunciador para constituir o discurso citante, e sendo assim cria o efeito de sentido de que para políticos corruptos não pode haver complacência.

Ressaltamos mais uma vez que, análise dos efeitos de sentido produzidos pela notícia N2 revela que esta, embora tenha sido um direito à resposta, concedido pelo jornal aos políticos acusados em N1, apenas apresenta a expectativa de um posicionamento, mas ninguém se posiciona de fato, muito pelo contrário, as escolhas dos verbos e modalizadores indicam silêncio: “não quis falar”, “Nem Câmara nem Senado falam”, “disse que não comenta”, “recusou a comentar”, “não respondeu à reportagem”.

### **Utilização Dos Verbos Introdutores De Opinião**

Para essa análise tomamos apenas exemplos do texto N2. A notícia traz o que Marcuschi (2007:152) chama de “discurso do poder”, em sua subdivisão “discurso oficial”, uma vez que a própria manchete e o parágrafo de abertura introduzem, por meio do DI, a voz do presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB- SP).

Os verbos ou expressões escolhidos para a representação das opiniões em N2 são da esfera da subjetividade: “afirmou”, “não quis falar”, “diga”, “citou”, “disse”, “admitiu”,

“afirmaram”, “diz”. Tais verbos são, segundo Marcuschi (2007:157), capazes de atuar “sobre a compreensão desse discurso”.

De acordo com Marcuschi (2007:146) “ao se reproduzirem as opiniões de alguém, procede-se a uma nova seleção de termos e a outra construção sintática que as do autor”. Afirmando haver sempre “a possibilidade de distorção ou interferência no discurso relatado”, o autor propõe, dessa forma, o estudo dos verbos introdutores de opinião, no qual nos baseamos para realizar esta parte de nossa análise.

Sendo assim, Marcuschi (2007:152) estabelece a seguinte divisão do discurso: “Discurso do Poder” e “Discursos Populares”. Aqui nos interessa o primeiro, que por sua vez se subdivide em: “discurso oficial”, “discurso para-oficial” e “discurso de oposição”. Além dessa divisão, o autor classifica os verbos de acordo com a sua função, entre os quais são de nosso interesse principalmente os “indicadores de posições oficiais e afirmações positivas” e os “indicadores de força do argumento”, (Marcuschi, 2007:163-164). Dessa forma, aproveitamos tal classificação para análise dos verbos citados no parágrafo anterior.

Assim, temos da ordem dos “verbos indicadores de posições oficiais e afirmações positivas” apenas o verbo afirmar, que introduz e reforça o discurso oficial, como no caso do exemplo citado, no qual é introduzida a fala do presidente da Câmara, Michel Temer. Temos também o verbo “admitir”, que segundo Marcuschi, tem função “organizadora dos aspectos conflituosos” e aparece introduzindo o seguinte trecho, em N2: “O terceiro-secretário, senador Mão Santa (PMDB-PI), admitiu que doa passagens aos seus eleitores (...)”. Notamos que a presença do verbo ‘admitir’ produz o efeito de sentido de que há uma ‘culpa’, uma vez que, “doar passagens aos eleitores” pode ser entendido como uma maneira de comprar votos, o que se trata de um crime em nosso país.

Em relação ao uso do verbo “dizer”, presente diversas vezes em N2, Marcuschi (2007: 164), postula que “este é considerado coringa”, e pode aparecer em todas as funções, sem ter uma específica. Sua análise depende sempre “do contexto e dos tipos de discurso”. No texto, aqui analisado, verificamos que a utilização desse verbo caracteriza o que o próprio redator chama de “jogo de empurra”, ou o que se chama coloquialmente de ‘*disse-que-me-disse*’:

Entre os senadores da Mesa Diretora houve jogo de empurra. O senador João Claudino (PTB-PI), segundo-secretário, que seria o responsável pelo assunto, disse que não comentaria porque só trata de passagens extras pedidas pelos senadores para viagens em missão oficial. As da cota são de responsabilidade de cada gabinete dos congressistas.

Se por um lado, o texto se constrói por meio da polifonia, várias vozes são citadas e muitas delas são da assessoria de comunicação e não dos próprios senadores e deputados, por outro, sabemos que houve sim a manifestação dos parlamentares, o que confirmamos com o exemplo, já citado, da forma nominal do verbo “argumentar” no gerúndio, para introduzir a fala do então presidente do Senado, José Sarney. Isso se comprova também neste trecho: “Vários deputados ouvidos afirmaram que os altos valores se justificariam porque eles usam os bilhetes para atividades relacionadas ao mandato, além de se deslocar entre o Estado e Brasília”

Por fim, notamos que há nesta polifonia, e neste relato do “não dito” o enfraquecimento do “discurso do poder”, o que pode ser analisado como intencional por parte do redator da notícia.

### **Considerações Finais**

Ao início do artigo, questionávamos até que ponto a materialidade lingüística seria constitutiva da subjetividade no discurso jornalístico, e parece-nos que a resposta para tal questão foi se revelando a partir das análises realizadas.

Com base nas análises aqui apresentadas, podemos concluir que o discurso jornalístico se faz, assim como todo e qualquer discurso, de forma subjetiva e não só por isso, tem sido alvo de investigação por parte dos analistas do discurso, mas, sobretudo por seu caráter influenciador e seu grande peso na sociedade. Sendo assim, conforme pudemos perceber no decorrer de nossa análise, a informação passa sempre pelo filtro do redator, que o faz, por sua vez, de acordo com o posicionamento ideológico do jornal para o qual escreve.

As possibilidades de análise para o *corpus* apresentado, não foram por nós, esgotadas. Há muito ainda o que se aprofundar em relação a alguns tópicos aqui abordados, como por exemplo, a utilização dos verbos de forma geral e não só os introdutores de opinião, assim como também as escolhas semântico-lexicais feitas pelo enunciador a fim de construir sua argumentação e convencer o co-enunciador.

Por fim, tomamos aqui as palavras de Charaudeau (2006:39):

Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha de formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos

de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas.

Resta-nos então, como estudiosos da linguagem, proceder à análise dos discursos materializados nos textos jornalísticos, de forma a captar as estratégias discursivas neles postas em prática para influenciar a sociedade. E àqueles que se dedicam ao ensino da língua portuguesa cabe também o papel de levar os aprendizes a realizarem leituras significativas dos gêneros do domínio jornalístico, fazendo-os perceber não só o que está explícito nos textos, mas, sobretudo, o que está em suas entrelinhas.

### **Referências Bibliográficas**

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Trad. Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. – São Paulo: Cortez: 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Fenômenos da Linguagem- Reflexões semânticas e discursivas*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

KUNCZK, Michael. *Conceitos de jornalismo: Norte e Sul: Manual de Comunicação*. Trad. Rafael Varela Jr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.